

A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - O CONHECIMENTO, A MÍDIA E A INFORMAÇÃO¹

***Cibele Abdo Rodella**

RESUMO: Apesar do aumento significativo nestes últimos anos de matérias que tratam da questão da criança e do adolescente publicadas pela imprensa, a sociedade brasileira ainda não adquiriu o conhecimento necessário para a elaboração de sua capacidade crítica e uma atuação mais decisiva na resolução dos graves problemas que envolvem esta questão. Este artigo discute os principais motivos que impedem uma mobilização maior da sociedade para a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e os instrumentos que as lideranças comunitárias devem buscar para mudar esta realidade.

Palavra-chave: Imprensa, Criança e Adolescente, Informação e Conhecimento

Relacionar o tema da mídia (meios de comunicação de massa) à informação e o conhecimento exige uma conceituação inicial sobre o significado da informação e do conhecimento. Rapidamente, entendemos que nem toda informação leva ao conhecimento. O conhecimento só é adquirido pelo sujeito quando há uma efetiva transformação, quando a mensagem lhe faz sentido, quando há a possibilidade efetiva de se resgatar aprendizagens armazenadas e relacioná-las numa ordem, numa seqüência que faz sentido. Não se chega, portanto, ao conhecimento através de percepções incompletas ou informações fragmentadas.

“É necessário que se perceba as relações entre as variedades que compõem a sociedade, realidades que precisam ser apreendidas de forma a permitir que , com criticidade, possamos construir novas variedades

* Jornalista, docente do curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas de Maringá - Faimar do Centro de Ensino Superior de Maringá - Cesumar.

¹ Texto apresentado na Oficina “ A criança e o adolescente: o conhecimento, a mídia e a informação”, durante I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - a luta pelos direitos no século XX e a efetivação dos direitos no século XXI”. Realizado de 04 a 05 de abril de 2001, Colégio Marista, Maringá-PR. Realização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

históricas, que beneficiem a todos". (BACCEGA, 2001).

O conhecimento capacita o agir.

Segundo dados de pesquisa produzida pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) e o Instituto Ayrton Senna (IAS) publicados em março deste ano (2001), matérias publicadas pela imprensa sobre crianças e adolescentes sofreram um acréscimo de 500% desde 1996. Os números revelam ainda que matérias com abordagem da violência contra crianças e adolescentes tiveram um aumento de 121,65% em relação a 1999.

Outra pesquisa da ANDI que analisou as mais importantes publicações da mídia impressa nacional, constatou que do primeiro semestre de 1997 a idêntico período de 1998, os 52 maiores jornais do país aumentaram em 308% o espaço para questões do ensino fundamental e médio, das ações complementares à escola e da chamada educação profissional.

Isso demonstra que os meios de comunicação têm reservado mais espaços às questões da infância e adolescência.

Por sua vez, ações isoladas de jornalistas "amigos da criança" têm procurado despertar os meios de comunicação para as mesmas questões e colocado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na pauta do dia das redações. São exemplos, o "Projeto Aprendiz" do jornalista Gilberto Dimenstein, a própria ANDI, a Rede Globo e seu projeto "Amigos da Escola", o Grupo Abril e a revista "Nova Escola", enfim, várias são as iniciativas que buscam caminhos para divulgar e criar na sociedade brasileira uma consciência solidária em torno da questão da criança e do adolescente.

O que buscamos com essas considerações até o momento é levar o debate à seguinte questão: As informações/matérias produzidas pelos meios de comunicação de massa (Rádio e TV) e pela mídia impressa têm contribuído para o conhecimento sobre a questão da infância e da adolescência?

Da segunda metade do século XX em diante o mundo passa por uma transformação que vem abalando conceitos e as relações de trabalho. O grande motor desta transformação é o uso intensivo das tecnologias. No âmbito da comunicação, as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC) propiciaram a comunicação instantânea, em tempo real. A qualquer hora em qualquer lugar podemos estar sintonizados com o mundo. O mundo ficou pequeno e o conceito de territorialidade vem sendo substituído pelo mundo global, eufemismo para um mundo sem fronteiras e a readequação do papel dos Estados.

Este mesmo processo propiciado pelas NTIC tem causado um outro

problema, o excessivo volume de informações a que estamos sujeitos.

O jornalismo que até então sempre teve como função social e ética zelar pelo direito público à informação, garantir o acesso público aos fatos, preservando um dos princípios básicos da democracia, ganhou no final do século mais uma incumbência: traduzir a leitores, ouvintes e telespectadores este volume enorme de informações produzidas pelo mundo afora, sejam no âmbito das empresas, institutos científicos, órgãos políticos, técnicos, econômicos e corporações transnacionais como OMC, FMI, ONU, UNESCO só para ficarmos nos personagens que mais geram pautas para as redações.

Este papel que o jornalismo tomou para si, levado pela proximidade natural de sua função, continua atribuindo ao jornalismo um poder bastante importante como formador de consciências, através de disseminação de informações selecionadas/ editadas responsáveis pela construção dos valores simbólicos da atual sociedade.

Um outro fator que devemos levar em consideração diz respeito ao enfraquecimento dos estados nacionais e as políticas de desregulamentação - Estado Mínimo - em que as questões sociais deixam de ser atributos das políticas nacionais para serem resolvidas pelas mesmas leis do mercado, que tudo resolve que tudo se ajusta, isso é, cabendo à própria sociedade a resolução de seus problemas. Este fator levou ao surgimento de um novo personagem neste final de século, o terceiro setor (ONGs).

Notadamente nos países emergentes campanhas vêm sendo estimuladas para o trabalho voluntário, e o modelo que nos vem sendo vendido retira do Estado suas obrigações mínimas pelas políticas do Bem-estar Social. Este novo personagem que vem se fazendo ouvir em todos os cantos e que busca ocupar um espaço antes regido pela chamada sociedade civil e corporações profissionais - sindicatos -, procura resolver os vários problemas deixados pelo neoliberalismo através da organização de um novo espaço social - nem privado, nem público, por isso, chamado terceiro setor.

Estas organizações, apesar de seus esforços, resultados conquistados, reconhecimento da sociedade e percebidos pelos Estados e lideranças como fortes o suficiente para estimular a opinião pública só conseguirão contribuir para a efetiva resolução das desigualdades sociais se atuarem politizando suas gestões, isso significa, não atuar unicamente de forma isolada - no problema em si - mas, colocar em debate as verdadeiras causas desta desigualdade.

“ Desigualdades que não são locais, mas hoje é global fruto das políticas geradas pelo capital internacional e pela submissão dos direitos sociais à racionalidade competitiva...uma expressão inevitável da razão

“globalitária”.(ACSELRAD, 2001)

Se consideramos o terceiro setor como um novo personagem que veio ocupar um novo espaço de poder podemos, num lance de liberdade conceitual, considerar o jornalismo não mais o quarto poder, mas o quinto (legislativo, judiciário, executivo, terceiro setor e imprensa). Isso significa que independente dos sujeitos que venham a ocupar papel de destaque no sociedade contemporânea, a imprensa sempre será considerada um poder, pela possibilidade de formular a consciência simbólica desta mesma sociedade.

Após estas questões vamos ao que nos interessa.

A fragmentação da informação, causada pelo grande volume de fatos que nos chegam diariamente aliada à técnica de codificação do jornalismo - abertura do texto com o fato mais importante e a incapacidade de tempo e de espaço para tratar de todos os assuntos em sua totalidade -, determina o não cumprimento por parte da imprensa daquilo que consideramos essencial, levar leitores, ouvintes e telespectadores a construírem um verdadeiro conhecimento das questões tratadas pelos media.

Apesar do avanço quantitativo das matérias que retratam a criança e o adolescente constatado pelas pesquisas citadas anteriormente, não acreditamos que a sociedade esteja sendo beneficiada com o conhecimento das questões relevantes e estruturais que mantêm crianças e adolescentes em situações de risco e sujeitas a todos os tipos de violência, seja em casa, vítimas de famílias desestruturadas (a maioria destas famílias são ainda vítimas do analfabetismo e do desemprego) ou no espaço urbano (polícia autoritária e mal treinada, drogas, abandono e todo tipo de influência perniciosa recebida nas ruas) .

A imprensa registra em suas páginas as ações desenvolvidas sejam pelo Estado (governos estaduais, municipais e federais) como por entidades envolvidas no trato da criança e do adolescente de forma fragmentária. A base real, a estrutura que gera as desigualdades não são discutidas e relacionadas pela imprensa.

Os próprios agentes, membros de ONGs e dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente Federais, Estaduais e Municipais terão que politizar seus discursos se querem que o conhecimento seja efetivo. Para isso, precisam conhecer a fundo como funcionam os media e de que forma são elaboradas, pensadas, pautadas, editadas as informações jornalísticas. Procurando ocupar melhor os espaços na imprensa, relacionando sempre a ação com as conseqüências, determinações estruturais

, causas e efeitos, isso é, totalizando e não fragmentando o discurso e as ações desenvolvidas pela garantia de crianças e adolescentes aos seus direitos.

O que percebemos é uma despolitização excessiva do espaço público. A queda do muro de Berlim e o “Fim da História” foram captados pelo novo capitalismo como o fim das lutas de classes. O neoliberalismo é um dos sistemas filosóficos/políticos mais perversos. O discurso ideológico construído pelo sistema e reproduzido pela mídia coloca como culpado pela incapacidade de se enquadrar no novo modelo econômico a própria vítima deste modelo. O discurso é: “você tem que gerenciar suas próprias habilidades”, “você é o gestor de suas potencialidades”, “cada um tem que gerenciar sua própria carreira”. O espaço público vem sendo substituído por uma engrenagem político/social que atende somente aos interesses das corporações privadas transnacionais e estimula o individualismo.

É mais do que a hora de se resgatar os sujeitos políticos e levar o debate a questões de caráter público mais amplo.

Isso significa romper com a ordem vigente que levará grande parte da população mundial à exclusão, como já vem acontecendo, rompendo com a “roda viva”. Se nada for feito nesse sentido, por maiores que sejam os esforços em resgatar a infância e a adolescência do estado de abandono e pobreza não conseguiremos resultados efetivos. Estas crianças serão adultos excluídos que terão filhos excluídos e irão envelhecer excluídos. É necessário o questionamento do próprio modelo imposto - o neoliberalismo ou qualquer outro sistema que concentre renda ou privilegie determinadas camadas da população em detrimento das demais.

Os resultados efetivos só virão quando a sociedade se mobilizar pela construção de um novo espaço público, menos desigual, trabalhar em ações que expliquem a atual engrenagem, escancarem as diferenças e desigualdades geradas pelo modelo de capitalismo adotado nas últimas décadas pelo Brasil. Cabe à sociedade questionar as instituições estabelecidas e seus propósitos, buscando a transparência e um debate mais amplo que pontuem as soluções que possam levar a um novo modelo de sociedade mais solidário, menos desigual. É preciso que se constitua um debate amplo que consiga ir além das aparências e que faça transparecer as verdadeiras questões da exclusão.

Então chegamos ao ponto. Por que a imprensa não discute com profundidade as questões que levariam ao conhecimento?

A resposta a esta questão passa necessariamente, além do aspecto técnico da produção do texto jornalístico já mencionado e do modelo político,

econômico e ideológico que estamos vivenciando , ao modelo econômico no qual as empresas jornalísticas estão inseridas nos países capitalistas, como é o caso do Brasil - empresas privadas com responsabilidade pública, esta última nem sempre desempenhada de acordo.

Por serem empresas que visam lucro, nem sempre os interesses dos grupos proprietários dos meios de comunicação estão de acordo com a camada excluída da população.

Em termos de desempenho dos profissionais de comunicação, os dispostos pelo Núcleo de Ensino de Mídia e Política (NEMP) da ANDI para o jornalista da educação serve como uma aula de bom jornalismo para todos os profissionais da imprensa, não só para os que atuam na editoria de educação. Os jornalistas, na maioria das vezes, não têm conhecimento dos assuntos que irão cobrir, fato que exige por parte dos profissionais um esforço maior para atuar com competência e das empresas jornalísticas a oferta de condições mais apropriadas de trabalho para seus funcionários.

Quanto à estrutura das empresas jornalísticas, cabem aos profissionais e organizações que atuam diretamente com a questão da criança e do adolescente se capacitar para atuar com esta realidade, conhecendo melhor a estrutura de funcionamento dos meios de comunicação de massa eletrônica e impressa e investindo em seus próprios meios de difusão, contratando ou conquistando colaboradores para o trabalho de assessoria de imprensa , produzindo seus próprios veículos de comunicação como jornais, boletins, revistas e materiais para as redações.

Outra ação é a organização de um movimento que leve as autoridades competentes - legislativo, executivo, judiciário - e a sociedade organizada a uma ampla discussão sobre as concessões dos canais de Rádio e TV, exigindo a democratização do acesso à detenção dos meios de difusão eletrônicos. Até então, este critério tem se pautado por interesses políticos.

Uma boa maneira de informar para o conhecimento é a instalação de Rádios e TVs comunitárias, comprometidos com a educação popular, comprometidos em dar voz aos que não as tem nos meios tradicionais de comunicação, buscando através do debate e do estímulo a iniciativas que levem ao agir, à transformação.

REFERÊNCIA

BACCEGA, Maria Aparecida. “Conhecimento/Educação: conhecimento e mediações” in *Revista Comunicação & Educação*, ano VII. Jan/abr.de 2001, nº 20, p.7-14. São Paulo: ECA/USP, Editora Segmento, 2001

ACSELRAD, Henri. “Sociedade Civil, democracia e governabilidade”, in “Brasil no limiar do século XXI”, org. Henrique Rattner, FAPESP/USP, Edusp, 2001.